

A REDE URBANA EM GOIÁS: UMA ANÁLISE DO PADRÃO ESPACIAL NA PRIMEIRA DÉCADA DO SÉCULO XXI

THE URBAN NETWORK IN GOIÁS: AN ANALYSIS OF SPATIAL PATTERN IN THE FIRST DECADE OF THIS CENTURY XXI

Luiz Fernando Roscoche
Professor da Universidade Federal do Pará
Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG).
luizfrs@hotmail.com

Angela Maria Martins Peixoto
Instituto Federal Goiano - Câmpus Avançado Ipameri
angelamgeo@gmail.com

Leila Sobreira Bastos
Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás
leilabastos.01@hotmail.com

RESUMO: A rede urbana corresponde à articulação de centros urbanos por meio de suas funções. A partir das considerações acerca desse conceito, será discutido neste trabalho o padrão espacial da rede urbana em Goiás, sendo a análise pautada em dados secundários dos estudos das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) e demais levantamentos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, o objetivo é compreender a gênese e o desenvolvimento da rede urbana de Goiás, destacando os seus principais elementos constitutivos. Apresenta-se como pressuposto que a presença de duas metrópoles no território goiano – Goiânia e Brasília – fornece uma configuração particular no âmbito nacional, evidenciando a ausência de centros urbanos intermediários (capitais regionais) como resultado da centralidade exercida pelas duas metrópoles.

Palavras-chave: Rede urbana; Hierarquia espacial; Metrópole; Goiás; Regiões de influência das cidades.

ABSTRACT: The urban network corresponds to the articulation of urban centers through its functions. From considerations of this concept will be discussed in this paper the spatial pattern of the urban network in Goiás, being guided by the analysis of secondary data studies of Areas of Influence of Cities (REGIC) and other surveys released by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). In this sense, the objective is to understand the genesis and development of the urban network of Goiás, highlighting its main building blocks. It presents the assumption that the presence of two cities in the territory of Goiás - Goiânia and Brasília - provides a private setting at the national level, indicating the absence of intermediate urban centers (regional capital) as a result of the centrality exercised by the two cities.

Keywords: Urban Network; Spatial hierarchy; Metropolis; Goiás; Regions of influence of the cities.

INTRODUÇÃO

Para compreender o padrão espacial de um determinado segmento de rede urbana far-se-á necessário considerar a sua definição conceitual. Conforme aponta

Corrêa (1994, p.50), a rede urbana é um conjunto de centros funcionalmente articulados e representa um reflexo dos:

[...] efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem – tanto na cidade como no campo – atividades que geram diferenciações entre os centros urbanos. (CORRÊA, 1994, p.50).

Tal diferenciação é uma consequência das funções urbanas de cada centro, ou seja, as atividades que são circunscritas especificamente ao ambiente urbano. Nesse sentido, as funções urbanas atribuem centralidade aos centros urbanos e, portanto, são determinantes para a ocorrência das interações espaciais entre eles, tendo em vista que “as interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico”. (CORRÊA, 1997b, p.279).

A partir dessas breves considerações será possível investigar os aspectos referentes a rede urbana do estado de Goiás (figura 1).

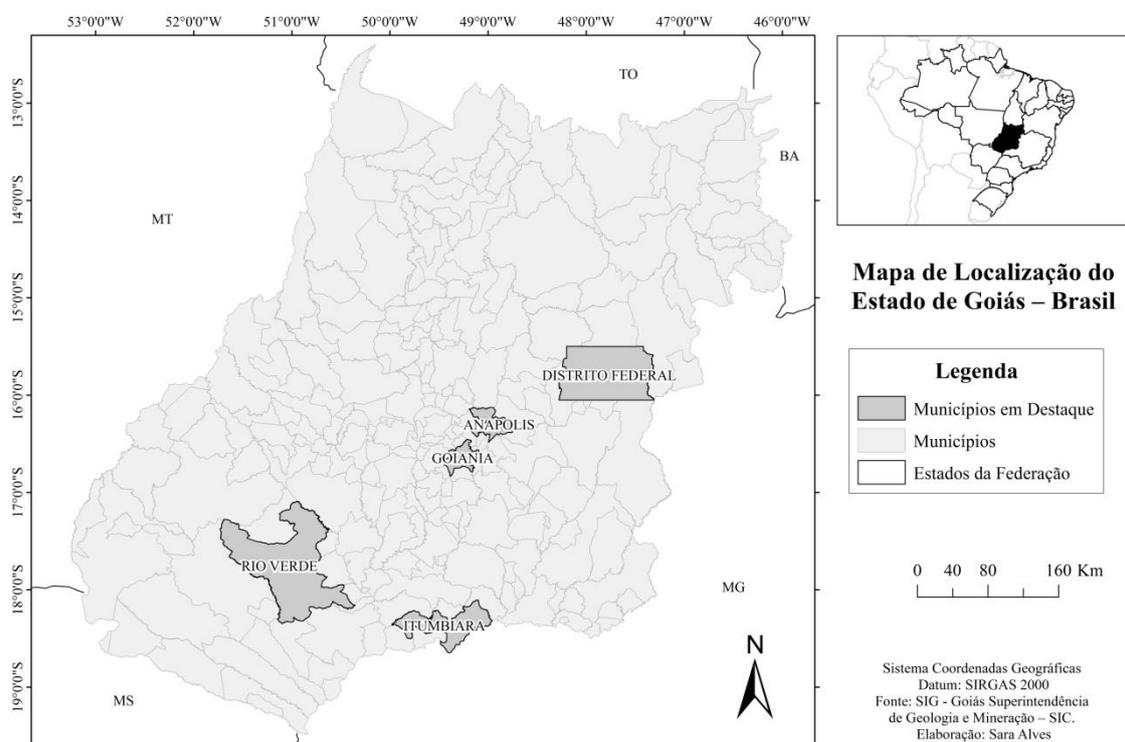


Figura 01 – Mapa de localização do Estado de Goiás e da área de estudo

Assim, o objetivo deste trabalho consiste em compreender o padrão espacial da rede urbana de Goiás na primeira década do século XXI. Para isso, a metodologia consistiu em revisão bibliográfica acerca da temática e levantamento de dados de fonte secundária, sobretudo o estudo *Regiões de Influências das Cidades* (REGIC) de 2007, e publicado em 2008 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como também outros indicadores sociais e econômicos dos centros urbanos.

Nessa perspectiva, o texto está estruturado em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira parte serão apresentadas as concepções de rede e a definição de rede urbana. Na segunda parte, buscar-se-á apresentar os fatores que contribuíram para a atual configuração da rede urbana em Goiás, considerando a formação do território goiano. Por fim, na terceira parte, será realizada uma análise do padrão espacial da rede urbana de Goiás, caracterizando-se as interações espaciais e a polarização existente a partir da presença de duas metrópoles, buscando compreender a ausência de centros intermediários nesse segmento de rede.

DO CONCEITO DE REDE À REDE URBANA

De forma genérica, conceitua-se rede como um conjunto de entidades (objetos, pessoas, etc.) interligado uns aos outros e que permite o fluxo de itens materiais ou imateriais. O dicionário Eletrônico Houaiss apresenta 19 definições para o vocábulo rede, contemplando desde objetos comuns utilizados para pesca, anatomia, rede de vasos sanguíneos, redes de internet, até o destaque para o conjunto de objetos ou pessoas articuladas de alguma forma.

Como bem destaca Coelho Neto (2012), o conceito de rede é utilizado por diversas ciências – informática, sociologia, antropologia, economia, física, geografia, e é um termo de ampla propagação na contemporaneidade que busca compreender os objetos e a organização espacial da sociedade, sendo um conceito formulado para compreensão do real.

Há uma rica revisão da literatura para o conceito em Dias (2000). A autora esclarece que “o termo rede aparece como conceito chave e privilegiado no pensamento de Saint Simon”¹ (DIAS, 2000, p. 144). Na perspectiva dos adeptos às ideias de Simon, o conceito passa a introduzir, com maior clareza, a noção de conexão, todavia a relação com a urbanização, com a divisão internacional do trabalho e a diferenciação entre as cidades não figurava como preocupação. Ao contrário, até então as análises eram tratadas isoladamente.

As grandes mudanças ocorridas no final do século XX permitiram que o conceito ressurgisse de maneira renovada para as mais diversas ciências, em especial para a ciência geográfica. Contudo, nem toda rede é necessariamente geográfica, para que uma rede seja de fato “geográfica” é necessário que a sociedade a anime. Efetivamente, as redes geográficas resultam da relação sociedade-natureza. A rede geográfica, por definição, é “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações”. (CORRÊA, 1997a, p.107).

Dentre as redes geográficas tem destaque a rede urbana. Essa relevância advém do fato de a rede urbana articular as demais redes, em especial as redes técnicas, que projetadas no âmbito da expansão capitalista engendram a divisão territorial do trabalho. Assim, as redes geográficas são, “simultaneamente, um *reflexo* e uma *condição para* a divisão territorial do trabalho”. (CORRÊA, 1988, p.112, grifos do autor).

Portanto, tratar-se-á da rede urbana brasileira e sua estruturação dentro dos limites do Estado do Goiás, visando à descrição e compreensão da divisão territorial do trabalho, pois apesar dos inúmeros estudos geográficos acerca do tema, para Corrêa (1988) essa discussão está longe de ser esgotada, tanto pela grande dimensão territorial do Brasil e as intrínsecas desigualdades espaço-temporais, como a intensificação e rapidez com que se criam e se transformam as redes

¹ Saint Simon foi um conhecido filósofo e cientista francês que defendia a criação de um Estado organizado racionalmente por cientistas e industriais. Dentre os seus discípulos, economistas, banqueiros e industriais, o conceito de rede aparece pela primeira vez para discutir as comunicações financeiras, em especial as bancárias.

urbanas. Dessa forma, justifica-se a análise da rede urbana de Goiás e suas especificidades, adotando-se a seguinte definição de rede urbana:

Entendemos ser a rede urbana o conjunto funcionalmente articulado de centros, que se constitui na estrutura territorial onde se verifica a criação, apropriação e circulação do valor excedente. A compreensão da singularidade de cada uma das redes urbanas – comandadas pelas metrópoles ou capitais regionais, no processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente – deve ser o objetivo mais geral dos estudos de casos [...]. (CORRÊA, 1994, p. 87).

É a partir dessa compreensão que será tratado no próximo item os aspectos constitutivos da rede urbana de Goiás, considerando a formação territorial do estado de Goiás, os agentes envolvidos, os principais centros urbanos, dentre outros elementos.

A REDE URBANA EM GOIÁS: DA GÊNESE À CONSOLIDAÇÃO DE UMA METRÓPOLE NACIONAL

Pautar a articulação dos centros urbanos em Goiás, sua estrutura e funcionamento na primeira década do século XXI significa pensar aspectos norteadores da formação do território goiano, uma vez que o estudo de rede urbana é, antes de tudo, elucidativo de elementos históricos, econômicos e políticos de uma determinada região. Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 209) apresenta como orientação “decifrar as redes por meio de sua história e do território no qual estão instaladas, por meio dos modos de produção que permitiram a sua instalação e das técnicas que lhes deram forma.”.

Primeiramente é importante ressaltar que o processo de urbanização do estado de Goiás foi concomitante ao período de exploração do ouro. O surgimento dos primeiros núcleos urbanos nesse contexto representa a gênese de uma rede urbana na região, pois conforme salienta Arrais (2013, p.31) “com a economia aurífera, formou-se uma primeira rede urbana para sustentar as atividades econômicas, o que também ocorreu com as lavouras de gêneros básicos e com o gado criado de forma extensiva.”.

Dessa forma, o povoamento e a urbanização do território goiano ocorreram em função de alguns fatores, sendo possível afirmar que “a mineração, a agricultura e as estradas foram o principal motor de todas essas transformações espaciais e, sobretudo, da organização do espaço urbano e regional.”. (TEIXEIRA NETO, 2008, p.257).

Nessas condições, o desenvolvimento da rede urbana tem início com a economia aurífera e dinamiza-se com a ferrovia, o que Arrais (2013) descreve como uma valorização fundiária da região sudeste e sul do Estado e ampliação das trocas mercantis com Minas Gerais e São Paulo.

Tal processo intensifica-se com a construção de Goiânia que, ainda segundo Arrais (2013), marcou o surgimento de uma incipiente indústria de transformação, atividades de comércio e serviços. Já a segunda metade do século XX é norteadora de mudanças na rede urbana com a construção de Brasília, centro de gestão do território nacional, e a modernização agrícola – incorporação capitalista do Cerrado para a produção de grãos, como a soja.

Com efeito, a modernização da agricultura nas áreas de Cerrado acarretou uma urbanização acelerada, decorrente, sobretudo, da migração da população rural. Logo, a rede é composta pelos grandes centros urbanos que atraem população e tem como função organizar um terciário para suprir as demandas da economia agrária moderna; pelas pequenas cidades que perderam população e sustentam relações em escala local; e as cidades médias que são conhecidas como “cidades do campo”, e concentram a renda territorial oriunda das *commodities* da agricultura empresarial. (CHAVEIRO; CALAÇA, 2011).

Essas transformações ratificam a importância da base técnica, que possibilita as interações espaciais entre centros urbanos. Nessa perspectiva, a rede rodoviária do estado de Goiás constitui um exemplo de infraestrutura técnica intencionalmente delineada para viabilizar formas de circulação, garantindo a logística da produção e do consumo. Logo, a caracterização desse modal de transporte contribui para corroborar o papel polarizador dos principais centros da rede urbana de Goiás, conforme pode ser visualizado na figura 2:

ROSCOCHE, L. F.; PEIXOTO, A. M. M.; BASTOS, L. S. A Rede Urbana em Goiás: uma análise do padrão espacial na primeira década do século XXI.

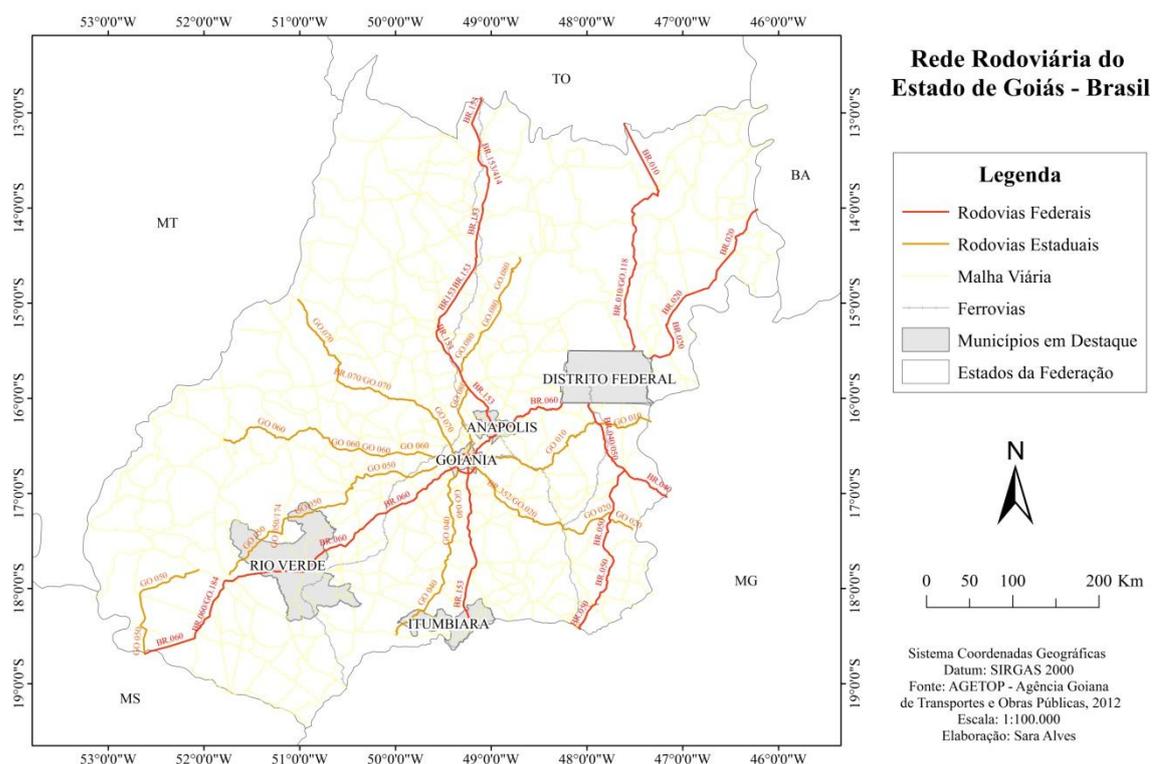


Figura 2 – Mapa da malha rodoviária do Estado de Goiás

A partir desse mapa é possível identificar primeiramente que as rodovias estaduais partem da capital do estado, Goiânia, ao passo em que as rodovias federais têm sua origem na capital nacional, Brasília, interligando diversas regiões tanto em Goiás como também na região centro-norte do país. Quanto aos principais eixos de circulação destacam-se duas rodovias: a BR-153, uma vez que é uma rodovia de integração nacional ao ligar o norte ao sul do Brasil e a BR-060, que faz a articulação entre Brasília e Goiânia, englobando o estado do Mato Grosso do Sul.

Os resultados da ação do Estado incentivando projetos de ocupação e os investimentos técnicos no território goiano evidenciam a diferenciação entre as partes setentrional e meridional do estado: a primeira menos povoada e com infraestrutura precária, já a segunda com maior dinamismo econômico. (ARRAIS, 2013). Nesse contexto, acredita-se que a centralidade das metrópoles de Goiânia e Brasília tenha dificultado o surgimento de centros intermediários nesse segmento de rede, o que será investigado a seguir.

O PADRÃO ESPACIAL DA REDE URBANA DE GOIÁS A PARTIR DO REGIC 2007

Como já mencionado, a versão mais atualizada dos estudos sobre o padrão da rede urbana brasileira apresenta algumas particularidades que permitem empreender questionamentos, dentre os quais, o fato de existir em Goiás um verdadeiro hiato na composição hierárquica de seus centros. Nota-se que há uma ruptura, pois Goiás não dispõe de centro regional, seja ele A, B ou C. Possui apenas centros sub-regionais A, sendo esses: Anápolis, Itumbiara e Rio Verde, bem como centros sub-regionais B, além de centro de zona. Nesse sentido, observa-se que em Goiás não há capitais regionais. Na definição da Regic (2008), *Capital regional* são aquelas com:

capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios. As capitais regionais possuem subdivisões de acordo com o número de habitantes e a quantidade de relacionamentos. São subdivididas em capital regional A, B e C. (IBGE, 2008, p. 11).

Os centros sub-regionais, por sua vez, têm área de atuação mais reduzida e seus relacionamentos com centros externos, em geral, se dão apenas com as três metrópoles nacionais. Portanto, é a área de influência e conseqüentemente o nível de interações que definem a classificação dos centros na rede.

As hierarquias imediatamente posteriores às metrópoles em Goiás são de nível de centro sub-regional. Logo, é patente que há uma ruptura com relação às hierarquias, saltando-se de duas metrópoles direto para um centro sub-regional, evidenciando que os centros regionais não se desenvolveram. Para explicar essas ocorrências é importante considerar que em algumas situações é correto afirmar que retrocederam no escalão da rede urbana. Além disso, Anápolis, Itumbiara e Rio Verde embora estejam na mesma hierarquia de centro sub-regional A, apresentam interações específicas que serão detalhadas adiante.

Ainda a respeito da afirmativa de que, em alguns casos, houve retrocesso no escalão da rede, o caso de Anápolis é emblemático, uma vez que a trajetória desse

município integra a história do estado de Goiás, assumindo um papel fundamental no âmbito da expansão da fronteira nesse estado ao contribuir com a implantação das Colônias Nacionais Agrícolas em Goiás (CANG).

Em tese, Anápolis poderia ser uma cidade de nível intermediário (capital regional), entretanto o que ocorre é o contrário. Sua localização, entre Goiânia e Brasília apesar de ter intensificado sua função logística devido ao entroncamento rodoferroviário que possui e a recente atração de montadoras de veículos e do parque industrial farmoquímico, não conseguiu atrair as sedes das empresas. E, por outro lado, é importante pontuar a concorrência com Brasília e Goiânia quanto à oferta de serviços avançados, ou seja, trata-se de um elemento complicador para que Anápolis assuma a posição de capital regional.

No caso de Itumbiara, o indicador econômico de maior relevância é referente às taxas de exportação. Em 2007 e em 2009 ocupou a posição de segundo e terceiro maior exportador goiano², respectivamente. A principal atividade geradora de capital é a atividade terciária, o que é reflexo de sua localização, na divisa com Minas Gerais ao sul do estado de Goiás, próximo ao eixo Brasília-São Paulo. Portanto, um município cuja economia está fundamentada na cooperação com a produção agroindustrial.

No que tange a sua estrutura de ensino, nota-se que possui uma universidade estadual, um instituto federal, além de três universidades particulares. Por se tratar de uma cidade que articula regiões produtoras e consumidoras, mantém interações espaciais com os municípios circunvizinhos, pois funciona como um polo de distribuição industrial, o que explica os valores elevados de arrecadação de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), sobretudo para o comércio atacadista e distribuidor, conforme destacado na tabela 01.

² Secretaria de estado e Gestão de planejamento. Ranking dos municípios goianos. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/>. Acessado em 15/01/2015

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS – Itumbiara/GO

Ano	Arrecadação total do ICMS (R\$ mil)	Arrecadação do ICMS Comércio atacadista e distribuidor (R\$ mil)	Arrecadação do ICMS - Comércio varejista (R\$ mil)
1998	35.231	-	-
2005	65.368	-	-
2010	155.493	64.577	26.162
2013	159.032	44.885	33.685

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda do Estado de Goiás – SEFAZ-GO. Org.: Autores, 2015.

Há de se ponderar a articulação entre Itumbiara e os municípios vizinhos, tendo em vista que a maior expressividade de relacionamentos ocorre com a capital regional Uberlândia, localizada na região do Triângulo Mineiro. A articulação direta entre Itumbiara e Uberlândia explica a “vocação” da primeira com o segmento atacadista, o que representa uma influência do polo atacadista que se tornou a cidade de Uberlândia. De acordo com a tabela 1, o montante gerado pela arrecadação oriundo do comércio atacadista em 2010 é proporcional ao valor total de arrecadação em 2010. Tão logo se vê que Itumbiara depende de Uberlândia para manter-se enquanto “mediadora” das regiões produtoras de Goiás para com o Centro-Sul. Dessa maneira, Itumbiara poderá galgar hierarquias maiores na medida em que Uberlândia o fizer.

Rio Verde, por sua vez, teve sua economia primeiramente alicerçada na criação de gado. Em seguida, devido às amenidades climáticas e topografia favorável à mecanização agrícola implantou-se nessa região o complexo agroindustrial da soja. Posteriormente, com a chegada da Perdigão nesse município em 1996, emerge uma “nova onda de agroindustrialização” (BORGES, 2006) que consolida o complexo agroindustrial de carnes no Sudoeste de Goiás. Assim, na tabela 2, é possível visualizar alguns dados do município de Rio Verde que ilustram as alterações nas interações espaciais fomentadas pela consolidação do complexo agroindustrial.

Tabela 2 - Rio Verde – Aspectos gerais

Ano	Soja - Quantidade produzida (t)	Efetivo de aves (cabeças)	Arrecadação de ICMS (R\$ mil)
1998	-	186.000	33.080
2000	507.500	3.220.000	36.517
2003	750.000	7.450.000	69.238
2006	715.500	11.600.000	78.574
2008	733.200	12.110.000	148.016
2010	766.500	12.350.000	144.013
2012	907.500	12.880.000	185.117

Fonte: Secretaria do Estado e da Fazenda do Estado de Goiás - SEFAZ-GO. **Org.:** Autores, 2015.

O efetivo de aves obteve um considerável aumento, assim como a arrecadação de ICMS e o valor total da receita municipal. A análise dos dados evidencia um notável acréscimo após a consolidação da Perdigão em Rio Verde. A produção dessa agroindústria – atual *BR Foods alimentos* – é direcionada para os principais centros consumidores, como alguns municípios da região metropolitana de Goiânia, Brasília e São Paulo.

Entretanto, a relevante alteração nos aspectos econômicos e produtivos não foi suficiente para que este centro pudesse ascender à categoria de capital regional. Basta observar os demais municípios vizinhos que em proporções menores oferecem serviços semelhantes, a exemplo de Jataí e Mineiros.

A tabela 3 apresenta dados sobre o número de empresas dos municípios selecionados (Ver mapa 1) para balizar a presente argumentação. Os dados ilustram posição de destaque para a metrópole Brasília, o que pode ser verificado ao observar o quantitativo de empresas em funcionamento em diferentes períodos.

Tabela 3 - Número total de empresas atuantes - Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE

Centros	Até 1966	1981 a 1990	2010	2011	2012
Anápolis - GO	40	899	8.561	8.650	9.209
Goiânia - GO	96	5.432	53.286	54.691	56.917
Itumbiara - GO	8	375	3.567	3.418	3.537
Rio Verde - GO	9	360	4.998	5.327	5.084
Brasília - DF	168	7.278	89.857	91.024	93.421

Fonte: Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. **Org.:** Autores, 2015.

Seis anos após a inauguração de Brasília, em abril de 1960, o número de empresas em funcionamento na recente capital federal ultrapassava o quantitativo de Goiânia e Anápolis juntas. O próprio incremento dos dados sobre as empresas pode ser imputado à construção de Brasília e toda a infraestrutura logística agregada ao projeto de transferência da capital. Outro dado que de forma semelhante estampa o crescimento de Brasília e Goiânia e a conseqüente influência para os demais centros analisados é o quantitativo populacional, expostos na tabela 4:

Tabela 4 - População censitária					
Centros	Ano				
	1980	1991	2000	2007	2010
Anápolis - GO	180.012	239.378	288.085	325.544	334.613
Goiânia - GO	717.519	922.222	1.093.007	1.244.645	1.302.001
Itumbiara - GO	78.049	79.533	81.430	88.109	92.883
Rio Verde - GO	74.669	96.309	116.552	149.382	176.424
Distrito Federal	1.176.935	1.601.093	2.051.146	2.455.903	2.570.160

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Org.: Autores, 2015.

A tabela 4 destaca o crescimento populacional para todas as cidades que a compõe, em especial para Goiânia e Brasília. Além disso, paulatinamente os censos demográficos do IBGE comprovam um maior quantitativo de população urbana em tais municípios, sendo que esse dado permite visualizar a potencialidade das interações espaciais.

Um centro com elevada população atrai comércio e serviços avançados que, por seu turno, atrai ainda mais interações por parte de demais centros que eventualmente não os possuam. Portanto, considera-se que a relação entre os centros urbanos é hierárquica à medida que o centro que acumula funções urbanas, em especial as funções raras, consegue ascender na hierarquia urbana e subordinar os demais centros.

Ainda sobre a tabela 4, na década de 1980, Brasília consegue ultrapassar Goiânia na hierarquia urbana. De igual modo, os demais municípios citados também apresentam considerável incremento populacional. O que os distingue uns dos

outros são a “composição funcional” que possuem. Como já mencionado, Anápolis destaca-se por sua logística integrada em que articula diferentes modais de transporte. Rio Verde por sua “vocação” agropecuária e Itumbiara por se tratar de uma cidade que oferece serviços que dinamizam e complementam a atividade agrária.

Para explicar a importância das metrópoles Goiânia e Brasília na rede urbana de Goiás também   válido considerar que esses centros têm maior demanda por profissionais altamente capacitados que frequentam cursos de p s-gradua o *latu sensu* (especializa o) e *stricto-sensu* (mestrado e doutorado), conforme ilustrado na tabela 5:

Tabela 5 – Número de estudantes Pós-gradua o - 2010

Centros	Nível educacional			Total
	Especializa�o	Mestrado	Doutorado	
Anápolis	1.256	245	81	1.582
Itumbiara	275	56	23	354
Rio Verde	734	160	79	973
Brasília	18.914	6.132	3.389	28.435
Goiânia	8.755	2.548	1.248	12.551

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico, 2010. Org.: Autores, 2015.

O elevado nível de centralidade das metrópoles também se manifesta ao quantificar o número de agências bancárias (tabela 6). A presença ou ausência de agências bancárias permite compreender o uso seletivo do território e o “aprofundamento das injustas desigualdades às quais está sujeita a sociedade brasileira e, conseqüentemente, as tensões políticas da  decorrentes”. (SCHERMA; KAHIL, 2011, p. 106). Duas tendências são verificadas: de um lado Brasília e Goiânia apresentam uma evolu o mais representativa do número de agências, já em Rio Verde, Anápolis e Itumbiara possuem poucas altera es. Comparando-se, a diferença entre Anápolis e Brasília, por exemplo, é de 1.230%.

Tabela 6 – Número de agências bancárias - 2006 a 2013

Centros	Ano					
	2006	2009	2010	2011	2012	2013
Anápolis	26	28	31	33	33	36
Itumbiara	10	11	10	10	9	10
Rio Verde	13	16	16	17	16	18
Brasília	306	346	349	358	369	443
Goiânia	167	195	198	213	204	219

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico, 2010. Org.: Autores, 2015.

Compreender a interdependência de Anápolis, Rio Verde e Itumbiara para com as metrópoles goianas e a metrópole paulista é importante recorrer ao processo de divisão territorial do trabalho, elemento caro à formação das redes. Logo, ao retomar o processo de industrialização no Brasil fica patente a posição de comando a qual São Paulo passou a desempenhar. As regiões que não foram incluídas em um primeiro momento ao processo de industrialização e urbanização da região centro Sul do país, paulatinamente foram inseridas de forma subordinada à divisão espacial/territorial do trabalho.

Por conseguinte, a expansão agrária industrial e os indicadores econômicos dos municípios que a engendram não ocorreriam alheias ao polo e nem tampouco alheia a uma perversa estrutura fundiária que se consolida mediante a “modernização conservadora” do espaço agrário. (GUIMARÃES, 1977, p. 3).

Nesse quesito, as regiões que emergiram enquanto importantes produtoras agrícolas ou mesmo aquelas que oferecem serviços complementares a esta atividade, acabaram por reforçar a centralização de poder nas mãos da elite paulistana. Embora haja um crescente número de empresas nas demais regiões, há de se destacar que não possuem força política e econômica para fazer frente a São Paulo, nem tampouco para fazer frente a Goiânia ou Brasília.

Santos (1981, p.149) colabora ao tentar explicar a fraqueza dos centros intermediários e assinala que “os centros intermediários nos países subdesenvolvidos se caracterizam sociologicamente pela falta de uma burguesia empreendedora, dotada de capitais e disposta a investir localmente” e também “o Estado pouco se preocupa em repartir geograficamente os investimentos.”

Embora ocorra o desenvolvimento de novas metrópoles que subordinem demais centros intermediários, o panorama de centralização de poder em São Paulo se mantém. Para colaborar com o presente argumento, Cano (1981, p. 330) cita dados do jornal gazeta Mercantil de 1980, que indica a relação anual das 100 maiores empresas, das quais 48 pertenciam a grupos de São Paulo; 24 do Rio de Janeiro e Guanabara, além de 17 pertencentes a grupos do Rio Grande do Sul. Tal conjuntura apresentada por esse autor permanece sem grandes alterações.

Dados recentes sobre as 50 maiores empresas privadas do Brasil³, demonstram que 25 delas mantém suas sedes em São Paulo, ao passo que as demais se dividem entre Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nenhuma delas possui sede em alguma cidade da Região Centro-Oeste. Por outro lado, possuem inúmeras de suas filiais nessa região e em praticamente todo o território nacional. Com efeito, a descentralização é relativa. Ainda nas palavras de Cano (1981, p. 382), “o que descentraliza, na verdade, é a fumaça; o transporte caro, moroso e ineficiente e pago; é a carência de serviços médico-hospitalares; é a carência habitacional popular; é a violência urbana, etc.”.

Em síntese, o argumento que orbita em torno da questão central que foi proposta (a ausência de capitais regionais), se dá pelo nível de centralidade por parte das duas metrópoles em Goiás e a metrópole paulista. Uma presença que atraem e condicionam demandas, gerando centros subordinados.

CONCLUSÃO

A hierarquia dos centros aqui apresentados fora medida segundo a importância dos serviços prestados. Por conseguinte, os graus de hierarquia decorrem da presença de serviços em alguns centros e da ausência em outros. A rigor, é a soma das potencialidades das relações de ambas as Metrópoles que limita a ascensão dos centros sub-regionais para a categoria de centros regionais.

³ Revista EXAME, Julho de 2013. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/104402/noticias/as-50-maiores-empresas-privadas-do-brasil>> Acesso em 12/01/2015.

Longe de esgotar as discussões acerca do padrão espacial da rede urbana de Goiás, o presente trabalho buscou analisar elementos que contribuem para tal compreensão. Assim, pode-se afirmar que o padrão espacial é um resultado das interações espaciais entre os centros urbanos e, portanto, está diretamente imbricado com a oferta de determinadas funções urbanas.

É a partir da dimensão demográfica de cada centro urbano que surgem as demandas de tais funções, e no caso específico do estado de Goiás as duas metrópoles – Goiânia e Brasília – assumiram maior centralidade na rede urbana, tendo como justificativa tanto o maior quantitativo populacional, quanto a existência de funções raras e atribuindo a essas interações um padrão de múltiplos circuitos devido ao número de ligações estabelecidas entre os centros e, conseqüentemente, à complexidade da rede.

Por fim, o estudo de rede urbana permitiu ponderar que a atual configuração espacial de uma rede representa uma síntese. Essa síntese é composta por diversos elementos como, por exemplo, o crescimento populacional, a infraestrutura técnica, as atividades econômicas. Essa é uma síntese que perpassa desde o processo histórico de formação territorial até a consolidação de centros urbanos na figura de metrópoles nacionais, destacando-se o importante papel dos agentes, seja o Estado, as empresas ou os sujeitos sociais.

Não é excessivo afirmar que a divisão territorial do trabalho acentua a diferenciação entre os centros, elegendo aqueles que, segundo seus atributos locais, ambientais e normativos, se adaptam às demandas do capital. Demanda esta que é proporcionalmente mutável de acordo com a importância atribuída aos centros. Estas argumentações nos conduzem a concluir que a composição da rede urbana é resultado irrevogável da questão de poder outorgado a alguns atores que, de certo modo, direcionam os padrões espaciais das interações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAIS, T. A. *A produção do território goiano: economia, urbanização e metropolização*. Goiânia: Editora UFG, 2013.

BORGES, R. E. *No meio da soja, o brilho dos telhados: a implantação da Perdigão em Rio Verde (GO): transformações e impactos socioeconômicos e espaciais*. 220f. Tese (doutorado) Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Rio Claro, 2006.

CHAVEIRO, E. F; CALAÇA, M. Por uma abordagem territorial do cerrado goiano. In: SAQUET, M. A. *et al.* (Org.). *Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011 (no prelo).

COELHO NETO, A. S. Da amplitude de usos e significações do conceito de rede na ciência contemporânea. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano XI, nº 131, p. 181-189. abr/2012.

CORRÊA, R. L. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 50 (2), p.107-124, abr./jun. 1988.

CORRÊA, R. L. *A rede urbana*. São Paulo: Editora Ática, 1994.

CORRÊA, R. L. Dimensões de análise das redes geográficas. In: CORRÊA, R. L. *Trajetórias Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997a, p. 107-118.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de. *et al.* (orgs.) *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997b. p 279-318.

DIAS, L. C. D. Redes: Emergência e organização. In: *Geografia: conceitos e temas*. (Orgs.) CASTRO, I. E. *et al.* (orgs.) Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2000

DICIONÁRIO Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. (v.1.0) Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. *Revista Reforma Agrária*, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de Influência das Cidades: 2007*. Rio de Janeiro, 2008.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROSCOCHE, L. F; PEIXOTO, A. M. M; BASTOS, L. S. A Rede Urbana em Goiás: uma análise do padrão espacial na primeira década do século XXI.

SANTOS, M. *Manual de Geografia urbana*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SCHERMA, R. A; KAHIL, S. P. Densidades do Sistema Financeiro: uso corporativo e desigualdades regionais do Território brasileiro. *Revista Sociedade e Natureza*, 2011, v. 23, n.1, p. 105-113.

TEIXEIRA NETO, A. O território Goiano Tocantinense no Contexto do Cerrado. In: GOMES, Horieste. *Universo do Cerrado*, Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

WILSON, C. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 1930/1970*. Tese (Doutorado). Departamento de Economia e Planejamento econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNESP. Campinas. 1981

Submetido: 24/03/2017

Aceito para publicação: 21/06/2017